



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**



**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**A ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO  
INSTITUCIONAL**

**Mayara Estéfani da Silva Ferreira**

**Mariana, MG**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**



**MAYARA ESTÉFANI DA SILVA FERREIRA**

**A ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO  
INSTITUCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso sob o formato de artigo apresentado à disciplina de Monografia do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para obtenção do título de Pedadogo(a).

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alexandra Resende Campos  
Prof<sup>a</sup>. da disciplina de monografia: Dr<sup>a</sup>. Rosa Coutrim

**Mariana**

**2021**

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F383a Ferreira, Mayara Estefani da Silva .  
A escolarização de crianças em situação de acolhimento institucional .  
[manuscrito] / Mayara Estefani da Silva Ferreira. - 2021.  
51 f.

Orientadora: Profa. Dra. Alexandra Resende Campos.  
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Educação infantil. 2. Educação de crianças. 3. Escola. 4. Crianças.  
5. Crianças - Desenvolvimento. I. Campos, Alexandra Resende. II.  
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37-053.2

Bibliotecário(a) Responsável: Edna Da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO



### FOLHA DE APROVAÇÃO

Mayara Estéfani da Silva Ferreira

A Escolarização de Crianças em situação de acolhimento institucional

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia

Aprovada em 28 de agosto de 2021

#### Membros da banca

Dra. Alexandra Resende Campos - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto  
Dra. Rosa Maria da Exaltação Coutrim - Universidade Federal de Ouro Preto

Alexandra Resende Campos, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 01 de outubro de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Resende Campos, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/10/2021, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0228110** e o código CRC **0D7FC5C7**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.010430/2021-60

SEI nº 0228110

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000  
Telefone: - www.ufop.br

# A ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL<sup>1</sup>

Mayara Estéfani da Silva Ferreira<sup>2</sup>  
Alexandra Resende Campos<sup>3</sup>

## Resumo

O acolhimento institucional é uma medida protetiva prevista pelo Estatuto da Criança e do adolescente. A vida escolar de crianças institucionalizadas é diretamente marcada pelas vivências de abandono, violência e carência afetiva de suas trajetórias de vida, além de terem que conviver com a discriminação e falta de visibilidade social. Este estudo objetivou analisar o processo de escolarização de crianças que se encontram em situação de acolhimento institucional a partir da literatura produzida sobre o tema. A metodologia empregada para o desenvolvimento da pesquisa foi uma revisão bibliográfica, onde foram identificadas e analisadas teses e dissertações sobre o tema abordado, produzidas no período de 2010 a 2020 e que se encontram registradas no banco de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Para ampliar a compreensão sobre o tema, foram consultados documentos complementares, como as leis brasileiras sobre o direito à educação e sobre a proteção integral da criança. Os resultados encontrados indicam que o baixo desempenho escolar das crianças institucionalizadas e a falta de expectativas em relação à escola estão diretamente ligadas com as vivências de violação que as conduziram ao acolhimento institucional. Constatou-se também que a escola não tem conseguido proporcionar a essas crianças, no ambiente escolar, o apoio e proteção de que tanto elas necessitam. Espera-se que essa pesquisa possa contribuir com a compilação e divulgação do conhecimento produzido na última década sobre a relação estabelecida entre a escolarização de crianças e o acolhimento institucional.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional; Escolarização; Mapeamento de Estudos.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o processo de escolarização de crianças em situação de acolhimento institucional e sobre a relação que essas crianças mantêm com o ambiente escolar e com as instituições de acolhimento, a partir da literatura produzida sobre o tema.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado à Universidade Federal de Ouro Preto, como um dos requisitos para obtenção do Título de Pedagogo(a), em 2021.

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Ouro Preto - E-mail: mayara.estefani@aluno.ufop.edu.br

<sup>3</sup> Professora-Orientadora. Doutora em Educação. Docente na Universidade Federal de Ouro Preto - E-mail: alexandra.campos@ufop.edu.br.

O apoio da família na vida escolar das crianças é sempre lembrado como sendo algo de suma importância para o bom desempenho dos estudantes. Mas, e quando essas crianças se encontram sob a tutela de uma instituição protetiva e não de suas famílias? Esse tipo de questionamento aponta para a necessidade de compreender como as escolas atendem essa demanda de alunos, pois crianças institucionalizadas trazem consigo uma grande bagagem de carência afetiva por, muitas vezes, estarem expostas a ambientes fortemente afetados pela vulnerabilidade social, onde não recebem a proteção e os cuidados necessários ao seu desenvolvimento físico, psíquico e social. Toda essa bagagem de experiências negativas causa impactos diretos no desempenho escolar das crianças.

O acolhimento institucional é uma medida de proteção às crianças e adolescentes. Essa medida está prevista pela Lei Federal nº 8069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do adolescente, que estabelece o acolhimento (ECA, art. 101, VII) caso os direitos básicos do menor não sejam garantidos ou sejam violados pelas suas famílias.

Segundo o ECA, as medidas de proteção à criança e ao adolescente como acolhimento institucional, por exemplo “[...] são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”. (BRASIL, 1990, Art. 101)

A Lei Nacional da Adoção (BRASIL, 2009), também aponta o acolhimento institucional como uma medida de caráter provisório e excepcional, utilizada sempre que os direitos das crianças forem ameaçados ou violados e estabelece que o tempo de afastamento familiar não pode ultrapassar dois anos e que, nesse período, a guarda da criança ficará sob custódia provisória do dirigente da instituição de acolhimento.

Compreender o perfil da criança institucionalizada (o que afeta diretamente a maneira como o atendimento na escola e no acolhimento será planejado e realizado) é algo de suma importância. Siqueira; Dell’Aglío (2010) constaram que geralmente estas crianças são oriundas de famílias com baixa escolaridade e que vivenciam trabalhos informais e situação de desemprego. As autoras também observaram que a vida dessas crianças é marcada pela presença do uso de drogas, baixo desempenho escolar e alto índice de repetência entre as crianças institucionalizadas.

Em grande parte dos casos nos quais o acolhimento institucional é empregado, as crianças envolvidas vêm de contextos familiares conturbados, que envolvem, muitas vezes, episódios de violência doméstica, sexual, psicológica, verbal e/ou física etc. Essas crianças têm uma estrutura familiar que não é capaz de lhes oferecer segurança, educação e amor com a

qualidade de que elas necessitam e, por isso, acabam sendo afastadas do convívio familiar e acolhidas em abrigos institucionalizados, sob a tutela do Estado.

A vivência de experiências de abandono e violência como as citadas anteriormente, bem como os traumas causados pelas vivências com vícios, situação de rua e carência afetiva, fazem com que as crianças exponham seus sentimentos de variadas maneiras: podem apresentar baixa autoestima, comportamentos agressivos, indisciplina, falta de interesse por atividades escolares propostas, timidez excessiva etc. Essas manifestações de sentimentos podem ser percebidas, entre outros espaços, nas escolas frequentadas por essas crianças. A maneira como crianças institucionalizadas agem na escola e a maneira como são tratadas e vistas pela comunidade escolar que as recebe, influi diretamente na maneira como essas crianças enxergam a importância da educação em suas vidas. Se são rejeitadas ou menosprezadas, as crianças chegam até a duvidar de seu potencial como sujeito capaz de aprender e de gerar conhecimento.

Sobre a carência afetiva das crianças institucionalizadas e suas vivências marcadas pelo abandono, descaso, miséria e violências, Rossetti-Ferreira (2012) nos diz que as dificuldades na inclusão das crianças institucionalizadas na comunidade em geral e, especialmente, na escola geram sofrimentos para as crianças, seja pelo isolamento, seja pelo preconceito de que são alvo.

Diante destas considerações introdutórias, configura-se o objeto de pesquisa deste artigo: o estudo do processo de escolarização de crianças em situação de acolhimento. Esse trabalho tem por questão-problema: O que dizem os estudos da última década sobre o processo de escolarização das crianças que se encontram em situação de acolhimento institucional? Este estudo objetivou analisar o processo de escolarização de crianças que se encontram em situação de acolhimento institucional a partir da literatura produzida sobre o tema.

O estudo desta temática poderá contribuir com a aquisição de conhecimento sobre os processos de escolarização de um público muitas vezes discriminado e excluído, até mesmo dentro das próprias escolas: as crianças que residem em instituições de acolhimento. É preciso compreender a realidade vivida pelos sujeitos que encontram-se nas instituições educacionais, para realizar intervenções mais significativas em suas trajetórias escolares.

Siqueira; Dell`Aglia (2010) afirmam que são necessárias pesquisas que busquem investigar as características e o desenvolvimento das crianças que vivem atualmente nos acolhimentos institucionais. Percebe-se que ainda são necessários muitos estudos sobre a temática que contribuam para aumentar e aprofundar o conhecimento sobre os processos de escolarização e

sobre os efeitos das desigualdades vivenciadas pelas crianças em situação de acolhimento nas suas trajetórias escolares. Vale ressaltar que cada criança é um indivíduo único, porém conhecer profundamente os comportamentos das crianças em geral, após seu afastamento do convívio familiar, bem como o perfil mais comum das famílias que veem a tutela de seus filhos retirada, pode contribuir com melhorias na maneira como os professores e demais profissionais das escolas lidam com esse público.

O levantamento de pesquisas que focalizam os processos de escolarização de crianças que vivem em instituições de acolhimento e sobre os modos como esta situação afeta o desempenho escolar, poderá contribuir para reunir parte do conhecimento sobre o tema e fornecer subsídios para uma reflexão sobre os processos de exclusão, discriminação e desigualdades vivenciados por estas crianças na escola e na sociedade. Esta pesquisa foi desenvolvida, em uma abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica é, segundo Severino (2012):

...aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2012, p.122).

Para a realização da revisão bibliográfica, efetuou-se um recorte metodológico e temporal: o levantamento de teses e dissertações, presentes no banco de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e produzidas no país nas áreas Educação e Educação Brasileira, no período de 2010 a 2020, sobre a temática da escolarização de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Na realização da pesquisa foram usados os seguintes descritores: acolhimento institucional, escolarização, abrigos, crianças acolhidas, relação entre escola e abrigo, instituição de acolhimento.

Sendo assim, no próximo tópico deste artigo será apresentado o que dizem os estudos da última década sobre o processo de escolarização das crianças em situação de acolhimento institucional. Logo após, no terceiro tópico, será feita uma análise geral desses estudos.

## **2. TRABALHOS ENCONTRADOS**

## 2.1. O que dizem os estudos sobre a relação entre escolarização e acolhimento institucional

A escolarização de crianças institucionalizadas ainda é um assunto pouco explorado nas pesquisas atuais de educação, apesar de ser uma situação cada vez mais presente na sociedade. As pesquisas têm se debruçado principalmente sobre qual o papel desempenhado pela escola na vida das crianças em situação de acolhimento institucional.

Durante o levantamento bibliográfico no banco de dados da CAPES para a escrita deste artigo, foram encontrados trabalhos nas áreas de Educação, Educação brasileira, Política social e Psicologia. Com base no objetivo deste artigo, optou-se pela seleção apenas dos trabalhos no campo da Educação. O quadro abaixo apresenta os trabalhos por área e por número de trabalhos encontrados:

**Quadro 01: Distribuição dos trabalhos por área e por número**

ÁREAS DE CONHECIMENTO	TOTAL DE TESES	TOTAL DE DISSERTAÇÕES	TOTAL DA ÁREA
EDUCAÇÃO	1	4	5
EDUCAÇÃO BRASILEIRA	0	1	1
<b>TOTAL</b>	1	5	6

---

Fonte: produção própria a partir de dados da pesquisa

Elismária Pinto (2014) realizou um estudo sobre o significado da escola para adolescentes que estão na condição de acolhimento institucional, identificando como a instituição escolar lida com a especificidade destes sujeitos, colaborando ou não para a construção da resiliência.

O foco da pesquisa de Pinto (2014) foi o significado da escola na história de vida das adolescentes acolhidas na “Casa Família”, instituição religiosa localizada no município de Maracanaú - CE. A pesquisa de Pinto (2014) envolveu cinco adolescentes e foi desenvolvida a partir da estratégia do estudo de caso de história de vida e do método da entrevista narrativa.

A partir das interações vivenciadas durante a pesquisa, Pinto (2014) identificou elementos significativos que mostraram pouca habilidade da instituição escolar para lidar com os estigmas sociais que marcam a condição das acolhidas, constatando assim que as relações estabelecidas demonstraram pequeno potencial de promoção de resiliência.

Pinto (2014) constatou também que a escola, ao desconsiderar a especificidade que é conviver em acolhimento institucional, pouco tem contribuído para promover os elementos constituintes do processo de construção de resiliência das adolescentes.

Ao investigar sobre a função da escola na vida das adolescentes em situação de acolhimento institucional e sobre o papel da Casa Família para os mesmos, Pinto (2014) concluiu que cabe à escola o compromisso de promoção da inclusão, para assim contribuir efetivamente para a construção emergente da resiliência. Já a Casa Família, o seu papel de promotora de direitos e de resiliência tem sido cumprido, mas precisa de apoio especializado para continuar seu trabalho com qualidade.

Quanto ao significado da escola atribuído pelas adolescentes entrevistadas, as respostas delas se diferem em alguns aspectos: algumas consideram o espaço escolar prazeroso, outras o consideram penoso. Fica claro no discurso das adolescentes que há uma insatisfação com a forma com que a escola lida com a situação de acolhimento institucional, principalmente no que se refere ao tratamento com esta especificidade. Não foi possível identificar até que ponto a escola promove eventos de socialização para essas adolescentes, de maneira que estimule o respeito à diferença ou fomentando ações de exercício de convivência amistosa entre os atores da comunidade escolar.

Já Hellen Pinto (2016) objetivou investigar a percepção das professoras de crianças em situação de acolhimento institucional e sobre qual seria o papel da escola na vida dessas crianças. Para isso, realizou observações e entrevistas semiestruturadas com professoras do primeiro ciclo de alfabetização, das Escolas Estaduais do município de Porto Alegre/RS, que atendem, em sala de aula, crianças com idades entre 6 a 11 anos que se encontram acolhidas nos abrigos residenciais da FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania).

Pinto (2016), no que se refere ao perfil das educadoras entrevistadas, destacou que se trata de um público que parece alegre, consciente, e que retrata uma categoria profissional comprometida e atenta. As professoras demonstraram se considerar atualizadas para a realização do trabalho de alfabetização.

Sobre a função da escola na vida dessas crianças e adolescentes, Pinto (2016) observou que as crianças e os adolescentes apresentavam certo desprezo em relação à escola, indiferença aos colegas, à professora, falta de apreço ao material escolar, percebia-se uma não identificação com o sistema escolar, tornando a experiência, no mínimo, inquietante.

Por meio das entrevistas com as professoras, Pinto (2016) verificou que a relação entre as casas de acolhimento e a escola é difícil porque existem muitos desencontros. O responsável

pela criança acolhida nem sempre comparece quando chamado à escola, e é comum ocorrerem frequentes mudanças desse responsável, dificultando a comunicação. As professoras alegam saber que as crianças são acolhidas no momento em que acontece alguma coisa e os responsáveis são chamados. As crianças trocam de escola porque trocam de residência, e os educadores sociais nem sempre são os mesmos, porque variam os turnos e também há troca de equipamentos. Tal fato, segundo as entrevistadas, dificulta muito a comunicação entre as instituições, a casa de acolhimento e a escola.

No que se refere ao perfil das crianças acolhidas que estão presentes na escola, Pinto (2016) afirma que a percepção das professoras descreve as crianças institucionalizadas considerando principalmente suas subjetividades, que demonstram dificuldade em aprender por carência ou por descaso com o conteúdo e com os trabalhos pedagógicos realizados. As professoras percebem as crianças acolhidas com maiores dificuldades de aprendizagem do que as demais, devido a tristeza de suas vidas. No entanto, entendem que apresentam conhecimento restrito em relação a realidade dessas crianças. Elas também percebem as crianças acolhidas como sendo mais agressivas, carentes de atenção, quietas, dispersas e com desempenho menor do que as outras crianças. As professoras entrevistadas afirmaram ainda que as crianças acolhidas não demonstram nenhuma expectativa em relação à escola.

Ainda sobre o perfil da criança acolhida, Pinto (2016) ressalta que as professoras unanimemente alegam a ausência da família como principal fator do “fracasso escolar”, além da condição de acolhimento não garantir direitos relacionados à afetividade que permita favorecer um desenvolvimento de autoestima mais efetivo.

Pinto (2016) observou que a percepção que as professoras têm sobre seus alunos que se encontram em situação de acolhimento institucional, levam-nas a crer que devem ser mais amorosas e compreensivas com esses alunos, cobrando menos do que dos outros para não maltratar as crianças.

Ao final de seu estudo, Pinto (2016) constatou, entre outras coisas, que o rendimento escolar das crianças acolhidas torna-se prejudicado diante da fragilidade das relações que se estabelecem, como a perda da referência familiar, compartilhamento dos bens materiais, falta de individualidade e privacidade em suas necessidades subjetivas.

Shirley Abreu (2010), em sua pesquisa sobre a criança em acolhimento institucional e o direito humano à educação infantil, analisou o processo de institucionalização de crianças de 0 a 5 anos de idade, através da medida de acolhimento institucional, considerando o direito humano à educação infantil no município de João Pessoa/PB. Na pesquisa foram realizadas

entrevistas e os relatos foram analisados através de procedimentos qualitativos de categorização e análise de conteúdo. Durante a pesquisa também foram realizadas consultas a documentos contendo informações acerca do processo de institucionalização de crianças.

Segundo Abreu (2010) a educação é fundamental para a proteção das crianças. A garantia efetiva de direitos básicos das crianças como a educação e moradia digna, em articulação com outras políticas públicas, pode contribuir até para que não seja necessário a institucionalização dessas crianças.

Abreu (2010) verificou que a rede de atendimento à criança enfrenta muitas dificuldades para funcionar efetivamente, atropelando a ideia de Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e que as entidades de acolhimento institucional, frente ao dever de proteger as crianças, esbarram em dificuldades como a falta/insuficiência de políticas públicas efetivas.

O estudo de Fernanda Ferreira (2014) intitulado “Mediação pedagógica no acolhimento institucional e as práticas socioeducativas com crianças e adolescentes nas relações de conflitos” teve como foco principal problematizar e compreender as relações entre todos os envolvidos com as crianças de uma Casa Abrigo Institucional (CAI). A autora buscou analisar as possibilidades e os limites do processo educativo na atuação de cuidadores e cuidadoras das crianças e adolescentes institucionalizados, sobretudo, nas relações de conflitos nesse espaço.

A metodologia utilizada por Ferreira (2014) em seu estudo baseou-se na Pesquisa Participante/ Pesquisa-Ação e também nos círculos de cultura de Paulo Freire. Foram realizadas entrevistas com a equipe técnica, com a secretaria responsável pelo programa, com os cuidadores, profissionais da CAI e também foram feitas anotações de observações feitas em atividades com as crianças e adolescentes, posteriormente registradas em diário de campo.

Ferreira (2014) concluiu durante sua pesquisa que o conhecimento das políticas públicas voltadas às crianças em situação de acolhimento institucional, por parte dos profissionais que trabalham na CAI, é limitado. Concluiu também que as relações de convivência entre os sujeitos da CAI intensificam ainda mais os conflitos quando assumem posturas autoritárias, onde o adulto é tido como aquele que manda nos menores e que recebe em troca a contrariedade ao seu autoritarismo, fechadas ao diálogo entre os sujeitos envolvidos nos conflitos. Além disso, Ferreira (2014) também constatou que as relações de silenciamento estão intimamente ligadas às de conflitos ocorridos dentro da CAI.

A pesquisa de Fernanda Serikawa (2015) investigou o processo de inclusão/exclusão escolar de crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de acolhimento

institucional. A metodologia empregada nesta pesquisa, dentro de uma abordagem qualitativa, foi uma revisão bibliográfica de artigos científicos, além de uma busca acerca do sistema de leis e garantias sobre o tema. Também foram realizados pela autora estudos em teorias do campo da psicologia, da psicanálise e da sociologia para identificar e refletir acerca do referido processo. Foram entrevistadas, durante o estudo, quatro professoras, duas orientadoras educacionais, sete profissionais das instituições de acolhimento e quatro alunos que estão sob essa medida protetiva. Para a realização da análise dos dados, adotou-se como recurso a Análise de Conteúdo.

Serikawa (2015) afirma que as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional vivenciaram em suas famílias situações produtoras de vulnerabilidades física e/ou psicológica e por isso, foram afastadas de seus lares até que tivessem condições para novamente recebê-los. A autora ressalta que todo o processo citado envolve sofrimento psíquico para esses sujeitos, os quais, durante o acolhimento, necessitam de proteção, afeto, apoio e atenção para lhes proporcionar o devido desenvolvimento social e subjetivo.

Em sua pesquisa, Serikawa (2015) buscou auxiliar no desvelamento dos impasses objetivos e subjetivos dos profissionais e das instituições envolvidas no processo de inclusão/exclusão escolar desses jovens evitando assim que, ao apresentarem dificuldades na escola, esses alunos sejam rotulados como problemáticos, traumatizados e, por isso, vistos como incapazes de aprender e socializar.

O processo de rotularização citado acima pode acarretar, segundo Serikawa (2015) inúmeras dificuldades futuras na vida desses alunos, sendo assim é necessário que suas dificuldades sejam minimizadas e cuidadas por uma escola que esteja apta a ouvi-los, respeitá-los e lhes fornecer um ensino com qualidade. A autora julga ser essencial transpor, de fato, para a prática educativa as leis já existentes que garantam aos sujeitos em situação de acolhimento institucional a condição de sujeitos de direitos.

Ao investigar o processo de inclusão/exclusão escolar de crianças e adolescentes que se encontram em medida protetiva de acolhimento institucional, Serikawa (2015) ressaltou que a criança e o adolescente institucionalizados são revitimizados nas escolas, sofrem novamente desrespeito e violação dos seus direitos básicos, entre eles, inclusive, o mais básico que é a recusa em aceitá-los no ato da matrícula. Percebeu-se, no entanto, que mesmo passando por situações de desrespeito, esses sujeitos se mostraram resilientes e superaram muitos obstáculos com estratégias criativas e com uma alegria genuína. A autora aponta ainda que para vivenciar esse importante aprendizado que nos ensinam essas crianças e adolescentes é preciso despir-se

dos preconceitos, da piedade e do assistencialismo com que os observamos e simplesmente escutá-los e respeitá-los como sujeitos.

Serikawa (2015) verificou ainda que é preciso que a instituição escolar suplante suas próprias dificuldades e se responsabilize, pois, sua omissão educativa pode vir a ser uma punição contínua na vida desses sujeitos, quando não conseguirem uma empregabilidade efetiva futura, produzindo-se, assim, novos ciclos de revitimização em suas vidas.

Segundo Alcione Silveira (2019), vivemos atualmente a configuração de uma nova realidade, de novos arranjos familiares, de espaços em que a família está ausente, simbólica e/ou materialmente.

Em sua pesquisa, Silveira (2019) teve como foco principal a experiência social de escolarização de adolescentes em situação de acolhimento institucional, na perspectiva dos(as) próprios(as) adolescentes, de seus educadores(as) e professores(as).

Os resultados encontrados por Silveira (2019) confirmaram a hipótese da autora de que os processos de escolarização e os itinerários escolares de adolescentes institucionalizados(as) sob tutela do Estado, além de uma clivagem imposta pela origem social e cultural, são influenciados pelas condições sociais e educacionais vivenciadas por eles(as) em uma dupla e híbrida experiência social no acolhimento institucional e nas escolas.

Foram pesquisadas por Silveira (2019) quatro adolescentes, quatro educadores(as) e quatro professores(as) que lecionavam para esses(as) adolescentes institucionalizados(as), totalizando doze pessoas. A pesquisa foi de natureza qualitativa, com a aplicação de questionários à psicóloga da instituição e entrevistas semiestruturadas aos adolescentes, professores(as) e educadores(as). Também foi realizada uma pesquisa documental exploratória, sendo os dados tratados por meio das técnicas de análise de conteúdo.

Com a realização da pesquisa, a autora pretendeu dar visibilidade aos adolescentes institucionalizados (as) e despertar o interesse de outros(as) pesquisadores em relação a essa temática, contribuindo assim para ampliar o campo de estudos da Sociologia da Educação.

Durante a pesquisa, Silveira (2019) percebeu que os(as) adolescentes investigados(as) não se sentiam totalmente à vontade e não estavam totalmente socializados(as) nem na escola e nem no abrigo. Silveira (2019) constatou também que esses(as) adolescentes não apresentam muitas expectativas em relação à escola e que a escola não apresenta para esses sujeitos o sentido comumente pregado pela sociedade de que é algo bom e necessário. Há uma falta de sentido e um vazio demonstrados por esses(as) adolescentes em relação à escola e uma falta de expectativas para o futuro, bem como para o presente.

Sobre a percepção dos(as) educadores(as) e dos(as) professores(as) sobre as responsabilidades da escola e do acolhimento, em relação aos cuidados e educação dos(as) adolescentes, os relatos recolhidos por Silveira (2019, p. 139) demonstraram uma culpabilização recíproca: “o(a) professor(a) responsabiliza o abrigo e o interpela para que resolva os problemas do(a) adolescente), e o(a) educador(a), por sua vez, responsabiliza a escola fazendo o mesmo movimento”. Desse modo, a vida escolar do(a) adolescente institucionalizado(a) é entendida como “um problema” para esses(as) profissionais, fazendo com que eles(as) criem um sentimento de conformação em relação a atuação que exercem na vida desses(as) adolescentes. Todo esse processo de apontamento de “culpados”, seja a escola, o acolhimento ou todo um sistema político, faz com que os(as) adolescentes fiquem à mercê de um sistema social, produtor/reprodutor de exclusão e desigualdade social.

Ao final de seu estudo, Silveira (2019) aponta a necessidade do aprofundamento das discussões sobre a relação entre as crianças e adolescentes institucionalizados(as) com suas famílias, a escola e o Estado.

### **3. ANÁLISE DOS ESTUDOS ENCONTRADOS**

Os trabalhos encontrados no banco de dados da CAPES que tratam da relação entre escolarização e acolhimento institucional, apresentam aspectos importantes para refletirmos sobre a atual situação da vida escolar das crianças institucionalizadas. Analisaremos os seguintes aspectos dessa relação: o significado que a escola possui na vida das crianças institucionalizadas; o diálogo entre a escola e o acolhimento institucional e; a visão dos profissionais da educação sobre os desafios escolares enfrentados pelas crianças em situação de acolhimento institucional.

Os estudos de Pinto (2014); Pinto (2016) e Silveira (2019) apontam a falta de expectativas que as crianças institucionalizadas apresentam em relação à escola. Algumas dessas crianças não atribuem um significado à escola e algumas chegam até a desprezá-la.

A insatisfação com a escola, o baixo desenvolvimento escolar e os recorrentes casos de indisciplina por parte das crianças em situação de acolhimento institucional indicam que a escola tem apresentado pouca habilidade em cumprir suas responsabilidades para com essas crianças, como garantir inclusão, socialização e educação.

Dentro das escolas, muitas crianças agem com indiferença em relação aos colegas e professores e apresentam falta de apreço até mesmo por seus próprios materiais escolares.

Silveira (2019) aponta ainda que as crianças institucionalizadas não se sentem totalmente à vontade nem na escola nem no acolhimento institucional. Toda essa não identificação com o sistema escolar demonstra que a escola tem contribuído pouco para que essas crianças sintam-se incluídas. Pelo contrário, o ambiente escolar acaba por reproduzir desrespeito e violações que essas crianças já vivenciaram no passado e que continuam a causar-lhes sofrimento. A falta de apoio e cuidado por parte da escola faz com que as crianças institucionalizadas não criem laços de pertencimento com uma instituição que, assim como a sociedade, as marginaliza.

Também Serikawa (2015) apresenta que no ambiente escolar as crianças em situação de acolhimento institucional novamente sofrem desrespeito e violação de direitos. O processo de violação vivenciado por essas crianças envolve um grande sofrimento psíquico, sendo preciso que o acolhimento institucional, bem como a escola, forneça-lhes o afeto, apoio e proteção de que tanto necessitam para continuar suas vidas e aprendizagens.

À escola cabe ouvir, respeitar e fornecer ensino de qualidade para as crianças em situação de acolhimento. Para isso, deve superar suas próprias dificuldades e se responsabilizar por realmente garantir educação e um ambiente saudável e acolhedor para essas crianças, contribuindo assim para que, futuramente, elas possam trilhar trajetórias de vida diferentes das que já vivenciaram, que possam ter expectativas para o futuro e condições de realizar suas aspirações pessoais e profissionais.

Sobre a relação estabelecida entre a escola e a instituição de acolhimento institucional, os estudos indicam que nem sempre essa relação é harmoniosa.

Ambas as instituições, segundo Abreu (2010), deparam-se com dificuldades para garantir os direitos básicos para as crianças, como, por exemplo, a falta de políticas públicas efetivas. Também pode-se perceber, segundo Ferreira (2014), pouco conhecimento das políticas públicas por parte dos profissionais do acolhimento institucional. Já Serikawa (2015), ao tratar sobre a legislação acerca da garantia dos direitos básicos das crianças, julga necessário que a prática educativa transponha as leis já existentes.

É preciso que tanto a escola quanto as instituições de acolhimento institucional, amparadas na Lei, busquem atuar juntas e sanar as dificuldades de cada instituição no atendimento das crianças. No entanto, o que pôde-se perceber nos estudos, principalmente no de Silveira (2019), é que há um processo de culpabilização entre a escola e o acolhimento, onde cada instituição responsabiliza a outra pelas dificuldades escolares e de socialização que as crianças institucionalizadas apresentam.

Outro obstáculo na relação entre a escola e a instituição de acolhimento é a falta de diálogo. Pinto (2016) afirma que os profissionais da escola se queixam que só descobrem que atendem uma criança em situação de acolhimento institucional quando acontece algum problema e os responsáveis precisam dirigir-se à escola.

O estudo que mais aborda a visão que os profissionais da educação têm sobre a vida escolar das crianças institucionalizadas é o de Pinto (2016). Nesse estudo pode-se perceber que os educadores que atuam nas escolas acreditam que a ausência da família é o principal responsável pelo fracasso escolar dessas crianças. Apesar de afirmarem que ainda possuem pouco conhecimento sobre o acolhimento institucional, esses educadores atribuem o baixo rendimento das crianças institucionalizadas (menor do que o das outras crianças) à carência de atenção, descaso por parte dos alunos e perda da referência familiar. Os educadores apontam ainda a falta de expectativa dessas crianças em relação à escola.

De uma maneira geral, os estudos demonstram que a situação de acolhimento institucional produz impactos significativos no desempenho escolar das crianças. Não só o acolhimento institucional, mas também, toda a bagagem de carência afetiva, de violência e de abandono que essas crianças carregam. Os comportamentos assumidos por essas crianças no ambiente escolar, bem como a postura de descaso diante das atividades escolares tem muito a ver com as vivências de sofrimento e violação de direitos pelas quais já passaram.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme anteriormente citado, este artigo buscou analisar o processo de escolarização de crianças em situação de acolhimento institucional. As discussões realizadas durante o estudo demonstraram que a vida e o desempenho escolar das crianças institucionalizadas estão diretamente ligados às tristes vivências socioafetivas que trazem em suas trajetórias.

O aparente descaso e falta de expectativas das crianças institucionalizadas em relação à escola são reflexos do preconceito e indiferença com que são tratados pela sociedade e até mesmo pela instituição educacional que as recebem. Não é aceitável que os educadores que lidam com essas crianças as vejam como “coitadas”, mas como sujeitos que apesar das dificuldades familiares, sociais e emocionais que enfrentam, são capazes de aprender.

Este estudo também mostrou como é fundamental que a escola e o acolhimento institucional mantenham um diálogo sincero sobre a vida das crianças nas duas instituições. Ambas devem ser locais de proteção e formação da criança. Devem também estar abertas ao

diálogo com as crianças, evitando utilizar práticas autoritárias e de silenciamento desses sujeitos.

Escolas e instituições de acolhimento devem então construir parcerias para buscar o pleno desenvolvimento de crianças institucionalizadas, devem estar atentos às necessidades e desejos das crianças e às particularidades de cada uma. É preciso compreender como a trajetória de vida de cada criança influencia seu aprendizado para assim poder intervir de maneira mais significativa em seu processo de escolarização.

Durante o levantamento de referências para a escrita deste artigo, constatou-se que ainda há um número limitado de trabalhos no campo da Educação sobre a escolarização de crianças em situação de acolhimento institucional. Desse modo, percebe uma necessidade de estudos e pesquisas que envolvam essa temática, tão relevante na sociedade atual, onde cada vez mais os graves conflitos familiares e/ou a vulnerabilidade social fazem com que as instituições de acolhimento sejam o local mais seguro para algumas crianças.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Shirley Elziane Diniz. **A criança em acolhimento institucional e o direito humano à educação infantil: sob as teias do abandono**. 2010. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

BRASIL. (1990). Estatuto da criança e do adolescente. **Lei n° 8069**, de 13 de julho de 1990. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL (2009). **Lei n° 12.010**, de 3 de agosto de 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/12010.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/12010.htm). Acesso em 10 de julho de 2021.

FERREIRA, Fernanda Carvalho. **Mediação pedagógica no acolhimento institucional e as práticas socioeducativas com crianças e adolescentes nas relações de conflitos**. 2014. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Vale dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul. 2014.

PINTO, Elismária Catarina Barros. **A escola na vida de adolescentes em situação de acolhimento institucional: narrativas e percepções**. 2014. 141f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2014.

PINTO, Helen. **Um estudo da percepção das professoras sobre crianças em situação de acolhimento institucional**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário La Salle, Canoas, 2016.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde et al. **Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas.** *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2012, vol.25, n.2, pp.390-399. ISSN 0102-7972. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/fJyteznbjNXPXvTwVVZtBvN/?lang=pt>. Acesso em 16 de julho de 2021.

SERIKAWA, Fernanda Mendes. **A inclusão/exclusão escolar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.** 2015. 97 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social.** *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2010, vol.26, n.3, pp.407-415. ISSN 0102-3772. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/BWD4kKG3WZ7M3KMQq8ShXjJ/?lang=pt>. Acesso em 10 de julho de 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez 23<sup>a</sup> Edição, 2012.

SILVEIRA, Alcione Januária Teixeira da. **Escolarização de adolescentes institucionalizados em locais de acolhimento: entre estigmas, conflitos e insucesso escolar.** 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.